

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: *07*

Data: *09.11.80*

Pg.: _____

Mineradoras penetram em reservas indígenas no MT

JOSÉ CALIXTO DE ALENCAR,
Correspondente

CUIABA — As reservas indígenas de Mato Grosso — e certamente as de outros Estados — poderão ser, num futuro próximo, totalmente desestabilizadas por grandes companhias mineradoras nacionais e estrangeiras. Um levantamento feito junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério das Minas e Energia, em Brasília, revela que cerca de 4,4 milhões de hectares de terras indígenas, o equivalente a 44 mil quilômetros quadrados, estão sendo disputados, somente em Mato Grosso, por dezenas de companhias mineradoras.

Nos últimos dez anos, conforme revela ainda o levantamento, deram entrada no DNPM 442 pedidos de pesquisas de minérios em áreas pertencentes a reservas indígenas, atingindo terras dos índios nambiquara, creenacacore, apiacá, cinta-larga, zorós, çaiabi, erichatsa, piepaga, entre outros.

Na verdade, não são apenas áreas indígenas que estão sendo requeridas para pesquisa e futura exploração de ouro, titânio, rutilo, diamante industrial, sais de potássio, chumbo, cobre, tântalo, cassiterita, ilmenite, columbita, volfrômite, calcário, nióbio, berilo, cromo, etc. O município de Aripuanã, por exemplo, no Norte de Mato Grosso, considerado uma das grandes reservas minerais do Brasil — conforme pesquisa do Projeto Radam (Radiografia da Amazônia, financiado pelo Ministério do Interior), tem praticamente todo o seu subsolo requerido por companhias mineradoras. No município, onde se localizam diversas nações indígenas, 577 áreas — cada uma com dez mil hectares — já foram requeridas pelas companhias e, ultimamente, até por grupos econômicos que adquiriram grandes extensões de terras no Norte do Estado.

ARTIFÍCIO

Os pedidos de pesquisa do subsolo, entretanto, são apenas um artifício utilizado pelas companhias mineradoras para obter o controle sobre imensas áreas de terras, conforme denuncia o presidente da Associação Nacional dos Geólogos, Elmer Prata Salomão.

“As companhias, na realidade — afirma o geólogo — não vão pesquisar nada, porque o Radam, com o emprego de satélites artificiais, que permitem através de alta tecnologia espacial a confecção de mapas geológicos do solo e subsolo, já tem tudo detectado. No Brasil, com a maior facilidade, os

Polícia não apura chacina, diz Cimi

MANAUS (Do correspondente) — O jornal “Porantim”, órgão oficial do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), denuncia em seu último número que o inquérito instaurado em 1964 contra o então comerciante e hoje suplente de juiz na cidade de Labréa, Orlando França, continua parado na Polícia Federal. Orlando França foi acusado de ser o principal responsável pelo massacre de 40 índios Juma, ocorrido em 64, no município de Tapauá, Amazonas.

Segundo o jornal, que cita declarações do delegado Getúlio Dias, da Polícia Federal, o inquérito está parado porque tanto a Funai como a Polícia não chegaram sequer a ouvir os próprios indígenas, “pois alegam que não sabem onde encontrá-los”. Diz ainda o delegado — que admite entretanto a ocorrência de ato criminoso — “que ainda não se pode provar se o crime foi cometido com a intenção de extermínio”.

Das 12 pessoas ouvidas na época pela Polícia Federal, apenas Raimundo Craveiro foi identificado oficialmente como criminoso, podendo ser condenado de 12 a 30 anos de prisão pelo crime “cometido sob pressão”, segundo afirma o delegado. Entretanto, diz o Cimi que a população de Tapauá, que vivia na região na época do massacre, afirma que o principal responsável pela chacina foi o então comerciante Orlando França.

grandes grupos econômicos, através de seus “testas-de-ferro”, agentes requisitados junto ao governo federal, têm acesso a essas informações”.

O geólogo levanta, ainda, uma hipótese que pode ser considerada, devido às “coincidências”, como prefere chamar o fato de as companhias requererem direito de exploração de terras precisamente dentro de reservas indígenas:

“Onde se descobre minérios — diz Elmer Prata Salomão — se cria imediatamente uma reserva indígena. Enquanto as terras indígenas pertencerem à União, os detentores do Poder controlarão a concessão das terras a grupos estrangeiros ou nacionais”.

Coincidentemente, revela ainda o levantamento feito junto ao DNPM, os primeiros 37 pedidos para a exploração

do subsolo em áreas indígenas de Mato Grosso ocorreram no início de 71, época de forte censura à imprensa e do “milagre econômico”, conforme analisa o presidente da Associação Nacional dos Geólogos. A partir daquele ano, outros pedidos se sucederam:

Em 1974, foram feitos 14 pedidos ao DNPM; em 75, quatro pedidos; em 76, 46 pedidos; em 77, 58 pedidos; e em 78 e nos últimos três anos, os pedidos chegaram a duplicar. Somente em 78 foram apresentados 152 requerimentos para a exploração do subsolo de áreas pertencentes às reservas indígenas no Mato Grosso. No ano passado, o DNPM recebeu 125 requerimentos.

Do total das áreas requeridas pelas companhias mineradoras, 25 estão em reservas indígenas dos nambiquara; 17 na reserva “7 de Setembro”; 94 na reserva dos erichatsa; três na “Marechal Rondon”; 11 na “Couto Magalhães”; 12 na dos çaiabi; uma no posto “Escondido”, e as demais, até completar o total de 442 pedidos, espalhadas pelas demais áreas indígenas que se encontram principalmente no município de Aripuanã.

FUNAI

Dos 442 pedidos formulados ao DNPM, 114 foram concedidos até o ano passado, e com o consentimento da Funai. Estão ainda em tramitação, 125 requerimentos, justamente os apresentados nos últimos três anos, e 199 encontram-se paralisados temporariamente, no chamado “arquivo morto”, devido a irregularidades na apresentação da documentação. Entretanto, segundo os técnicos do DNPM, os pedidos que se encontram no “arquivo morto” têm “prioridade sobre os que foram apresentados posteriormente sobre a mesma área”.

Em 12 áreas percententes à reserva indígena nambiquara, alguns minérios como o ouro e a cassiterita já estão sendo explorados. É o caso de Flavio Gaspar de Carvalho, que explora ouro desde março de 75 em cinco áreas, cada uma de mil hectares. É o caso, também, da Leste do Brasil Mineradora Ltda., que, desde junho do ano passado, explora ouro em outras cinco áreas, cada uma com 10 mil hectares de extensão.

O número de pedidos e concessões de exploração de áreas localizadas em reservas indígenas, reconhecem os técnicos do DNPM, pode duplicar quando o Departamento Nacional de Produção Mineral concluir um levantamento sobre todas as áreas já pesquisadas pelo Projeto Radam.